

# Congresso começa aprovAÇÃO do ajuste

## ■ Bancada governista garante MPs ligadas à Previdência e define estratégia da CPMF

EUGÉNIA LOPES\*

**BRASÍLIA** – O Congresso aprovou ontem quatro das 12 medidas provisórias (MPs) que devem ser transformadas em lei para que a emenda constitucional da reforma da Previdência possa ser promulgada. Duas das MPs fazem parte do ajuste fiscal anunciado pelo governo há duas semanas.

Os líderes governistas da Câmara dos Deputados e do Senado definiram a estratégia para que o aumento da alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) de 0,20% para 0,38%, incluído nas medidas de ajuste fiscal, entre em vigor no início de 1999. A nova alíquota seria aprovada até 23 de janeiro, quando a atual será extinta. Pelos cálculos do Ministério da Fazenda, o aumento da CPMF permitirá uma arrecadação adicional de R\$ 7,3 bilhões, no ano que vem.

**PIS** – A primeira MP aprovada amplia a base de cálculo da contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), atingindo instituições financeiras, companhias seguradoras, entidades de previdência privada e empresas de capitalização. A segunda MP transformada em lei permite ao INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) regularizar as ocupações dos imóveis através de contratos renovados a preços de mercado. Segundo o governo, 80% dos imóveis do INSS são ocupados hoje irregularmente.

A primeira das MPs aprovadas

que implementam medidas previstas no ajuste fiscal autoriza o Tesouro Nacional a usar recursos de depósitos judiciais, que ficam na Caixa Econômica Federal aguardando a decisão do julgamento.

A outra MP relacionada ao ajuste estabelece normas para que a Advocacia Geral da União apure irregularidades no serviço público através de ofício ou mediante solicitação das autarquias e fundações.

**Cofins** – Os líderes governistas deixaram para a próxima semana, quando pretendem fazer uma grande mobilização dos parlamentares, a votação das MPs mais polêmicas. É o caso da MP que aumenta a Contribuição para Seguridade Social (Cofins) de 2% para 3% sobre o faturamento das empresas, que permitirá aumento de R\$ 3,3 bilhões na arrecadação.

Para viabilizar a aprovação do aumento da CPMF janeiro, os líderes dos partidos governistas decidiram que a emenda iniciará a tramitação pelo Senado. Ao mesmo tempo, a Câmara iniciará discussões para modificar o Regimento Interno, com o objetivo de facilitar a aprovação.

A proposta é aprovar um projeto de autoria do deputado Luís Eduardo Magalhães, morto em abril, que dificulta a apresentação de destaques nas votações de emendas constitucionais. "Já criamos uma comissão que vai aprimorar o regimento", disse o líder do PFL, deputado Inocêncio Oliveira (PE).

\* Colaborou Joaquim São Pedro